



ALÉM DO PRESIDENTE

Ideias para um Pacto Nacional de Sobrevivência

Milhões de pessoas isoladas em suas residências.

Outros milhões de brasileiros obrigados a se expor, trabalhando ou buscando meios de sobreviver ante a terrível perspectiva da ausência de uma renda mínima para alimentar a si e suas famílias. E saber que essa realidade é a mesma em praticamente todos os continentes e países do mundo, só faz manter e ampliar o horror do quadro.

O atual Presidente da República não consegue se constituir no líder que o País precisa nessa gravíssima crise política, econômica sanitária e social, preferindo liderar uma facção obscurantista e selvagem capitalista da sociedade. O Brasil precisa estar à altura de si mesmo, ir além do Presidente que deve renunciar às suas funções conforme proposta dos partidos de oposição.

As forças políticas e sociais, rigorosamente dentro do Estado de Direito Democrático, precisam assumir suas responsabilidades para reduzir o impacto da Pandemia do Coronavírus e reerguer o País após a inevitável depressão econômica e a vislumbrada convulsão social que nos ameaça.

Mantendo as diferenças políticas e ideológicas, preservando as convicções de cada partido ou movimento social, dos grupamentos culturais, dos segmentos relativos à raça, gênero e geração, faz-se necessário construir um **PACTO NACIONAL DE SOBREVIVÊNCIA** para salvar o Brasil da maior crise socioeconômica de sua história. Esse pacto poderia se configurar na articulação formal integrado pelo Senado da República, Câmara dos Deputados, Governadores de Estados, representação dos Prefeitos Municipais, Supremo Tribunal Federal e o próprio Governo federal.

Os socialistas brasileiros incorporam e acrescentam às sugestões já apresentadas pelo líder da bancada de Deputados Federais, Alessandro Molon, suas contribuições para essa longa e penosa travessia. Contribuição que vem em forma de análise da conjuntura e medidas imediatas, entre elas a garantia mensal de pelo menos um salário mínimo para desempregados, trabalhadores domésticos, informais e comissionados, micro empresários, feirantes, pescadores artesanais, artesãos e artistas e mães que integram o CadÚnico.

Elementos de Análise

A crise da Pandemia do Coronavírus não deixa margem a dúvidas de que ela produzirá profundas alterações na economia, na política e fundamentalmente no cotidiano das vidas das pessoas. Na sua grande maioria tais mudanças trarão transtornos e desconfortos a toda sociedade, entretanto, será mais dura e dolorosa para os mais pobres, os favelados e os excluídos.

Vivemos uma crise sem precedência e com desfechos tenebrosos para as próximas semanas, meses, talvez anos. Avaliamos que estamos num turbilhão de quatro crises distintas, porém, entrelaçadas: política, econômica, sanitária e social.

A crise política está relacionada ao fato de o Presidente da República não governar, não exercer de modo adequado às atribuições estabelecidas na Constituição Federal para o ocupante do cargo. Não coordena, não articula, não ouve, é intolerante ao contraditório e é incapaz de perceber e comportar-se como líder maior do País. É um inepto que se nega a exercer a chefia do Estado e a condução da Nação. Briga com governadores, prefeitos, mídia e todos os que defendem a democracia, a transparência e a soma de esforços para a superação das dificuldades, mesmo em se tratando de seus próprios aliados, subordinados e até com o seu Vice.

Ou seja, Jair Bolsonaro é incapaz de liderar e unir a nação em momento tão grave, condição que consideramos fundamental para enfrentar a crise com a dimensão da atual e mitigar os efeitos perversos sobre o nosso povo. Fica claro a cada dia, a cada entrevista, a cada postagem no twitter que o Presidente não está à altura do cargo que ocupa e para o qual foi eleito.

A crise econômica aponta que o que era ruim na condução da economia pelo ultraliberal Paulo Guedes, piorou, e muito, com os impactos originados na pandemia. O pífio resultado do crescimento do PIB registrado no ano passado é uma demonstração da condução desastrosa de nossa economia. Além do caráter ideológico dos economistas do governo é acrescentada uma grande ineficiência prática e incapacidade gerencial para implementar as próprias medidas mitigadoras da crise que foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Medidas corretas, porém, claramente insuficientes.

Até hoje, por exemplo, o governo não sabe como vai fazer para pagar os 600 reais para os trabalhadores desempregados e informais. Igualmente não se identifica demonstração de esforços e solidariedade na busca dos mecanismos que possam agilizar o repasse de recursos às micro, pequenas e médias empresas, em contraposição, ao zelo e eficiência na disponibilização dos aportes ao grande capital financeiro.

Paulo Guedes não tem preparo intelectual nem experiência em gestão pública para conduzir uma economia de um país imenso, complexo e desigual como o Brasil. Seus movimentos e ações estão alinhados e subordinados aos interesses dos muito ricos, dos rentistas e dos especuladores.

O Brasil entrará em curtíssimo prazo numa recessão econômica que se agravará nos próximos meses e que, por inépcia do Governo Federal, poderá levar a uma das piores depressões econômicas que o País já

experimentou. A soma da estultícia de Bolsonaro com a incompetência de Guedes poderá levar a Nação ao encontro do desastre.

Os elementos da crise sanitária não são novos. Os cortes no orçamento da Saúde como efeito da “Emenda Constitucional do Teto de Gastos”, que impede o País de aumentar investimentos em saúde pública, por exemplo, além de aprofundar, agravou a já frágil situação do SUS. O que era precário, ganha ares de desastre decorrente do descaso de muitos gestores públicos pela saúde do povo, pelo menosprezo ao conhecimento científico e pelos efeitos da pandemia. As previsões dos especialistas em Vigilância em Saúde é que o vírus ao se espalhar para as periferias especialmente nas favelas, alcançará bolsões de pobreza e produzirá uma enorme quantidade de mortes, por falta de assistência e acesso aos serviços básicos, médios e de alta complexidade de atenção à saúde e a medicamentos.

A crise social é, por ora, a face menos visível do somatório das crises anteriores. Será e em muito agravada pela paralisação econômica (correta e necessária) como medida de reclusão e isolamento social. Levará ao desespero milhões de trabalhadores informais que sobrevivem da renda de atividades precárias (trabalhos temporários, na forma de bicos e biscates) e do comércio ambulante. Esses se somarão ao outro exército de subempregados, desempregados e novos desempregados que emergirão em função das medidas de paralisação das atividades econômicas.

Não há chance de errar nas previsões: a crise vai ampliar o alcance em termos de público, de profundidade e de duração. Os resultados poderão ser saques e o estabelecimento do caos. A fome e a desesperança não esperam. Em meio a tantos desencontros, alguns claramente de inspiração genocida, ressalte-se a iniciativa dos Partidos de oposição na Câmara dos Deputados, apoiada pelo Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, criando a Renda Básica de Cidadania com o valor mínimo de R\$ 600,00, em resposta ao ridículo valor de R\$ 200,00 apresentado por Bolsonaro.

De toda forma, o enfrentamento das crises requer urgentemente a adoção de medidas imediatas, objeto deste documento.

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA GARANTIA DE RENDA BÁSICA E SOCORRO ÀS EMPRESAS:

- 1- Salário mínimo por quatro meses para os segmentos da população que pertençam aos grupos de beneficiados do Programa Bolsa Família, para os cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal), para os desempregados e para os trabalhadores que mesmo empregados ficarão sem salários;
- 2- Garantia mensal de pelo menos um salário mínimo para desempregados, trabalhadores domésticos, informais e comissionados, micro empresários, feirantes, pescadores artesanais, artesãos e artistas e mães que integram o CadÚnico;
- 3- Compra pública articulada na Agricultura Familiar para atendimento às populações mais vulneráveis social e economicamente;
- 4- Isenção da cobrança das contas de água, energia elétrica e internet para os grupos retro-mencionados por igual período;
- 5- Suspensão das ações de despejo por falta de pagamento de aluguéis por igual período para os grupos citados;
- 6- Suspensão do pagamento de prestações do Sistema Financeiro da Habitação pelo período de quatro meses;
- 7- Garantir através do BNDES e dos bancos oficiais socorro financeiro às empresas dos setores mais afetados pela quarentena imposta pelo Coronavírus. Notadamente os setores dos transportes, do turismo, do comércio e serviços;
- 8- Criação de Empréstimos Solidários para empresas de cadeias produtivas mais frágeis e que mais empreguem (microempresas até

empresas de médio porte) onde o ônus seja repartido com o Estado Brasileiro, para garantia de empregos, como forma de, ao final da pandemia, os prejuízos e impactos sejam menores e a capacidade de retomada econômica seja possível.

DEFESA E FORTALECIMENTO DO SUS:

- 1- Revogação e eliminação das medidas restritivas impostas pela “Emenda Constitucional do Teto de Gastos” ao orçamento da Saúde (SUS) e da Ciência e Tecnologia;
- 2- Contratação na modalidade emergencial de Equipes dos Programas de Saúde da Família e do Mais Médicos para atenção e cobertura do universo da população residente nas favelas, áreas pobres e vulneráveis, em residências precárias e nos presídios, reeditando a parceria com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), agência da Organização Mundial da Saúde – OMS, que possibilite a vinda de profissionais estrangeiros para suprir a carência existente em nosso país de profissionais com perfil e disposição para a cobertura dessas populações;
- 3- Reconversão de espaços físicos (escolas, quadras cobertas, hotéis e estádios de futebol) em “hospitais de campanha” para atender e abrigar a população que se contagiará pelo Coronavírus e em abrigos temporários para as populações de rua e moradores de acampamentos de sem-tetos;
- 4- Contratação na modalidade emergencial de equipes de médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem para trabalharem nos “Hospitais de Campanha”;
- 5- Organização de convênios/contratos emergenciais (onde as Secretarias Municipais de Saúde não disponham de capacidade para gestão) com hospitais filantrópicos e privados para que esses emprestem expertises de gestão hospitalar aos “Hospitais de Campanha” a serem instalados;

- 6- Garantia de acesso e permanência universal aos medicamentos necessários ao tratamento dos efeitos do Coronavírus aos grupos citados;
- 7- Adoção de Centros de Triagem com regulação pública e Porta Única de acesso aos leitos hospitalares públicos, filantrópicos e privados, principalmente os de UTI, como forma de garantir atenção a todos e impedir que a pandemia aprofunde a discriminação de classes.

RECONVERSÃO INDUSTRIAL PARA PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA A SAÚDE:

- 1- Das empresas produtoras de equipamentos médico-hospitalares localizadas no território brasileiro, notadamente as fabricantes de respiradores mecânicos, luvas cirúrgicas e máscaras adequados ao tratamento dos infectados pelo Coronavírus e determinar que essas estejam dedicadas prioritariamente à produção para atendimento das demandas nacionais;
- 2- O Brasil é um dos maiores produtores de álcool do mundo. Tem capacidade instalada para seguir liderando a produção e ainda de orientar esforços para a produção de “álcool em gel”, insumo essencial na prevenção do vírus. É fundamental orientar que as plantas produtoras de álcool e os laboratórios químicos das Universidades Públicas convertam-se urgentemente em produtoras na modalidade gel e que seja distribuído gratuitamente à população residente nas periferias e favelas;
- 3- Identificar as cadeias produtivas de insumos que abastecem as fábricas acima mencionadas e igualmente determinar que elas produzam com prioridade para o atendimento das primeiras nominadas;
- 4- Determinar ao BNDES que lidere com linhas de créditos especiais e emergenciais, notadamente por meio da rede de bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste,

bancos regionais e outros) o aporte de recursos para investimento nas cadeias produtivas citadas.

ORGANIZAÇÃO DE FUNDOS PÚBLICOS PARA COBERTURA DAS AÇÕES RECOMENDADAS:

- 1- Fundamental entender que o País está em guerra contra o Coronavírus. O Estado nacional é o principal agente mobilizador de recursos para superar os desafios. É necessário assegurar a expansão dos gastos públicos destinados exclusivamente ao enfrentamento da pandemia. Tal expansão é viável por meio da utilização dos recursos disponíveis no “Caixa Único da União”, da remoção completa das restrições impostas pela Emenda Constitucional do Teto de Gastos, suspensão de qualquer pagamento de juros da Dívida Pública Externa aos organismos financeiros internacionais e ainda, se necessário, pela emissão de moeda;
- 2- Igualmente é fundamental adotar política de tributação das grandes fortunas e lucros e dividendos não tributados. Segundo o presidente da FENAFISCO, “O Brasil possui 206 bilionários que, juntos, acumulam uma fortuna de mais de R\$ 1,2 trilhão. Esses 206 bilionários pagam proporcionalmente menos impostos que a classe média e os pobres. Se o país criasse um imposto de apenas 3% ao ano sobre a fortuna de R\$ 1,2 trilhão, seria possível arrecadar R\$ 36 bilhões anuais, valor superior ao orçamento de 1 ano de todo o programa Bolsa-Família. A soma de toda a riqueza das famílias brasileiras é de cerca de R\$ 16 trilhões de reais, estando a quase metade de toda essa riqueza – ou seja, R\$ 8 trilhões – nas mãos de apenas 1 % das famílias”.

ORGANIZAÇÃO DE ESFORÇO DE COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO:

- 1- De morar no Brasil, moramos numa rua, avenida, viela, morro, favela, condomínio, sob uma ponte ou um viaduto de um território municipal, chefiado por governo local, eleito para administrar os interesses e desejos de seus moradores. É, portanto, nos municípios que os problemas aparecem primeiro, se manifestam e se agravam. Em seguida ganham corpo nos Estados e por fim, tomam expressão nacional. Este conjunto de institucionalidades federativas obriga, determina, manda que os governantes trabalhem em harmonia em comunhão de esforços para o bem comum;
- 2- O enfrentamento à pandemia deveria requerer dos dirigentes brasileiros, notadamente do Presidente da República, o esforço de coordenação e cooperação, apesar das diferenças políticas e ideológicas;
- 3- Assim como é cobrado esforço de cooperação e articulação dos governantes é também necessário que as lideranças da sociedade civil atuem de igual forma, organizando esforços e alocando recursos que contribuam no combate do vírus;
- 4- É preciso combater e desmascarar as colocações feitas por empresários, motivados pelos seus interesses imediatos e pelas simpatias políticas, ideológicas e descrença na ciência, que em nada ajudam na organização dos esforços empreendidos pela Saúde no enfrentamento à pandemia;
- 5- Ampliação e intensificação da cooperação internacional para o enfrentamento pandemia do Coronavírus que tem caráter mundial;
- 6- Nos termos do art. 148 da Constituição Federal e do art. 15 do Código Tributário Nacional instituir empréstimo compulsório de 3% sobre os depósitos bancários e aplicações financeiras de qualquer espécie em valores acima de R\$ 1.000.000,00 por CNPJ ou CPF pelo prazo de 10 anos, com carência de 5 anos, rendendo Taxa SELIC, e

resgatável a partir do primeiro mês do 6º ano em 60 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 1/60 do saldo devedor ao final do 5º ano.

SOLIDARIEDADE, COESÃO SOCIAL E VALORES SOCIALISTAS:

Graças às tecnologias da informação e comunicação, à internet, aos avanços das pesquisas em ciências biológicas e da economia criativa estamos enfrentando esta “peste” da forma mais eficiente como jamais se viu na história da humanidade.

Graças também aos avanços das tecnologias de transporte, nunca se viu uma disseminação virótica em tamanha velocidade.

E graças ao telefone, à internet e ao WhatsApp estamos conseguindo, e vamos conseguir ainda mais, conviver com o isolamento individual imposto como uma das formas mais eficazes de enfrentar a disseminação do Coronavírus.

Vivemos assim uma estranhíssima contradição: enquanto as tecnologias de informação e comunicação eram usadas para os esforços políticos, empresariais e sociais voltados para obter o máximo de encontro físico entre as pessoas (shows, manifestações de rua, compras em shoppings e viagens) agora essas mesmas tecnologias, são usadas para obter o máximo de isolamento individual em nome de um bem maior e solidário que é o não contágio.

Além da ciência e da tecnologia outra figura agigantou-se com a epidemia que parou o mundo: a figura do Estado Nacional. O Estado retomou um protagonismo quase perdido. Somente ele pode, por exemplo, transformar quartos de hotel em áreas de confinamento para os pobres que moram em casas de um único cômodo nas favelas.

No período pós-pandemia o Mundo passará por muitas mudanças que serão duras para a humanidade, mas que oferecem uma janela de oportunidades de mudanças para que o atual modelo capitalista de produção e consumo de hegemonia neoliberal seja superado. Nos últimos quarenta anos o neoliberalismo concentrou, como nunca, as riquezas nas mãos de uma pequena minoria, exauriu nossos ecossistemas naturais e condenou crescentes multidões a viverem como párias.

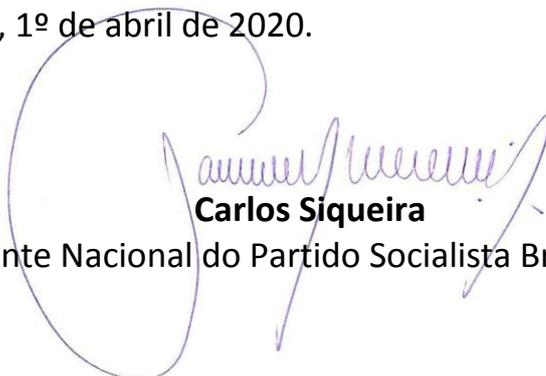
Todos estes fatores, no entanto, são percebidos e absorvidos não como um aprendizado formal, mas como imposição da realidade de forma instantânea e concomitante por milhões de pessoas no mundo. Um acontecimento revolucionário no seu sentido mais profundo.

Isso nos leva também a reconsiderar o papel do indivíduo na história. Esse papel exige quase que obrigatoriamente o fortalecimento de um pensamento solidário, coletivista e humanista ao contrário da exaltação ao individualismo capitalista.

Estamos, portanto, diante da possibilidade e da necessidade universal de dar maior significado aos valores socialistas defendidos por nosso Partido e pela esquerda democrática.

Se estes valores – socialistas – prevalecerem faremos desta crise um avanço criativo e civilizatório.

Brasília-DF, 1º de abril de 2020.



Carlos Siqueira

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro-PSB